

Sérgio Leite*

Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais¹

Introdução

Ao debate assistido sobre a pluriatividade das práticas rurais (agrícolas e não-agrícolas) nos anos 80 e início dos anos 90, a literatura especializada vem dedicando-se recentemente ao tema da multifuncionalidade da agricultura, especialmente tendo em conta a experiência europeia (Blanchemache et al., 2000; Laurent e Mouriaux, 1999, 2001) sobretudo quando cotejada ao exercício das políticas públicas, nas quais essas novas funções reivindicam parte dos recursos oriundos da Política Agrícola Comum (Abramovay, 2003; Bazin e Kroll, 2002; Sumpsi, 2002). No Brasil, o tema tem merecido uma atenção nos últimos anos (Carneiro, 2002; Maluf, 2002a e 2002b;

* Sérgio Leite é professor do CPDA/UFRRJ.

¹ Somos especialmente gratos a Afrânio Garcia Jr., Leonilde Medeiros, Luciano Padrão, Paulo Alentejano e Rodrigo Vieira de Ávila que contribuíram, de diferentes formas, para o debate e o tratamento dispensado ao tema deste artigo, além do auxílio no levantamento das informações utilizadas. Agradecemos também a Gui-lherme Delgado e Jacques Rémy pelos valiosos comentários sobre uma leitura prévia do texto. Como de praxe, as idéias aqui apresentadas são de nossa exclusiva responsabilidade.

Sabourin e Djama, 2002) e vem estimulando o tratamento da análise das estratégias de reprodução de produtores rurais, especialmente dos agricultores familiares.

Para tratar dessas estratégias e considerações recorreremos aos dados primários de uma extensa pesquisa de campo, centrada na análise dos orçamentos domésticos de agricultores familiares assentados no Estado do Rio de Janeiro.² Estes estudos de caso localizados no Rio de Janeiro parecem-nos interessante, entre outros, por três motivos: a) o estado sofreu um forte esvaziamento agrícola após a crise da lavoura cafeeira (exportadora) no final do século XIX e início do século XX e, apesar de algumas tentativas de recuperação posteriores, a imagem de uma certa “decadência” do meio rural fluminense tem-se mantido como característica usual; b) a população do estado é fortemente concentrada no meio urbano (pouco mais de 95% da população total) e na região metropolitana (superando a 80% do total de habitantes); c) a atividade da agricultura familiar fluminense, de forma geral, está longe do modelo produtivista predominante nos estados da Região Sul do país (oriundo da colonização europeia) e também de situações sociais bem mais precárias, como aquelas existentes na região semi-árida do Nordeste brasileiro. Dessa forma, os casos aqui tratados permitem uma aproximação a uma realidade em que as configurações rurais e urbanas se mesclam com mais intensidade, tornando instigante as observações sobre estratégias familiares que fundam sua reprodução socioeconômica a partir de ocupações diferenciadas entre os seus diversos membros (dentro e fora da propriedade) e da (re)valorização

² Cf. Garcia Jr., Medeiros, Grynszpan e Leite (2003). A pesquisa “Assentamentos rurais em perspectiva comparada” resultou de convênio (CPDA/UFRRJ-CPDOC/FGV-CRBC/EHESS-UFF) e contou com o apoio financeiro da Faperje e da Fundação Ford. A coordenação do projeto coube a Leonilde Medeiros, Sérgio Leite, Afrânio Garcia e Mario Grynszpan, envolvendo ainda os pesquisadores Luciano Padrão, Paulo Alentejano e Elizabeth Linhares. A análise dos dados e a redação do eixo temático sobre as estratégias socioeconômicas das famílias assentadas estiveram sob nossa responsabilidade. Doravante denominaremos esta pesquisa como ARPEC (2003). Informações adicionais podem ser encontradas no relatório da pesquisa.

dos espaços – físico-ambiental, político, circuitos comerciais etc. – nos quais estão inseridas. Acreditamos que o exame detalhado dos orçamentos familiares, ao longo de todo um ciclo agrícola, permitirá explorarmos cuidadosamente essas questões, revelando, por meio da composição do rendimento (monetário e não-monetário) desses núcleos as diferentes estratégias que tais agricultores lançam mão, bem como as tentativas de legitimação dessas práticas junto ao Estado.

De certa forma, as identidades dessas famílias estão condicionadas à própria intervenção do Estado, por intermédio de uma política pública universal e nacional, como a reforma agrária. Com efeito, ao reconhecer o direito à permanência nas terras que disputavam ou ao assentar as famílias em novas áreas, o Estado brasileiro passa a legitimar essa nova posição que tais agricultores vêm a exercer (Medeiros e Leite, 1999). Assim, temos a construção da nova “categoria” do *assentado(a)* que estabelece, apesar das variedades das lutas por terra que estão na sua origem, um diálogo diferenciado com o governo. No entanto, a experiência recente de um variado número de projetos de reforma agrária no Brasil vem demonstrando o quão diferentes são as estratégias familiares em oposição aos modelos preconizados pelo Estado (ou ainda pelas lideranças de alguns movimentos sociais).

Para atender aos nossos objetivos, o próximo item apresenta, sumariamente, algumas informações sobre os núcleos visitados, a área utilizada e as famílias que ali habitam. O tópico seguinte é dedicado ao exame das atividades produtivas agropecuárias exercidas nos lotes, cujo resultado será importante para compreendermos a performance da composição dos rendimentos familiares que serão detalhados mais adiante. Na seqüência é apresentada a estrutura do dispêndio familiar doméstico e analisado o balanço orçamentário resultante do exame que realizamos ao longo de um ciclo anual completo. Com os dados levantados, procuraremos discutir, com algum detalhamento, as estratégias familiares e o seu significado no contexto das “novas funções” da agricultura (Maluf, 2002b).

Breve caracterização das áreas e das famílias pesquisadas

Algumas pesquisas recentes sobre agricultura familiar e assentamentos rurais no Brasil estimaram a capacidade de geração de rendimento das famílias responsáveis. É importante mencionar que tal capacidade inclui excedentes monetários e não-monetários, e que, juntos, eles conseguem (ou não) fazer frente às despesas de consumo e investimento dessas famílias. Para abordar o assunto, ilustraremos o presente texto com a pesquisa realizada em quatro assentamentos fluminenses, nos quais foram colhidas informações mensais sobre o orçamento doméstico, ao longo de um ano-safra completo, junto a uma amostra estatística de 58 famílias representativas de um universo de 374.³ A escolha do meio rural fluminense também auxilia-nos no sentido de apontar as especificidades de uma região rural que não é usualmente identificada como eixo da modernização agrícola (nem patronal nem familiar), mas que, igualmente, não se associa ao cenário de regiões extremamente pobres. Além disso, uma das áreas trabalhadas situa-se num município muito próximo à capital do estado, permitindo extrair algumas indicações sobre a relação rural-urbano e a performance da reprodução familiar.

A escolha dos projetos contemplou assentamentos com características consideravelmente distintas no que diz respeito, por exemplo, à localização, forma de constituição, dimensão, perfil produtivo e dos assentados, forma organizativa, de modo a maximizar as potencialidades da análise comparativa, ampliando a gama de questões e problemas detectados. Chegou-se, desta forma, a quatro projetos de assentamento, cujo histórico e trajetória podem ser assim resumidos:

a) O assentamento Cachoeira Grande: com 327,8 ha de área e 156 famílias, localizado na Baixada Fluminense, no município de Magé, é administrado pelo governo estadual, por meio do Instituto de Terras

³ A vantagem da metodologia utilizada nessa pesquisa é poder contar com um conjunto de informações seguras e contínuas (ao longo do ano-safra 2000-2001), facilitando a apuração de resultados sobre as atividades produtivas e o balanço financeiro-orçamentário.

e Cartografia do Rio de Janeiro (Iterj) e resulta da desapropriação por utilidade pública da área em torno da unidade de alvejamento da empresa têxtil América Fabril. Com a falência da fábrica, no final da década de 70, antigos operários, que lá viviam em casas da empresa e que tinham direito ao cultivo de parcelas de terra, permaneceram no local e resistiram à expulsão quando a prefeitura tentou transformar a área em loteamento urbano. A resistência incorporou alguns excedentes de um antigo assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), situado em frente, no lado oposto da estrada Piabetá-Magé, e contou com a participação ativa do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Magé e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag-RJ). A desapropriação foi realizada em 1984.

b) Capelinha: com 1.673,29 ha e 127 famílias instaladas, localizado na região norte do estado, no município de Conceição de Macabu, esse assentamento é bastante recente e originou-se de uma ocupação, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de duas das fazendas da Usina Vitor Sense, que falira. Para tanto, foram mobilizados antigos trabalhadores da usina que haviam ficado desempregados, moradores da periferia de Conceição de Macabu e também de pequenas cidades próximas. A área, inserida numa região que assistiu à crise do complexo sucroalcooleiro, foi desapropriada pelo Incra em 1997.

c) Santo Inácio: esse projeto possui 730,72 ha e 51 famílias e encontra-se localizado no município de Trajano de Moraes, na região serrana do estado. Trata-se de uma antiga fazenda de café, na qual, desde a década de 70, meeiros e posseiros, antigos colonos, disputavam a posse da terra. A luta pela desapropriação foi encaminhada pelo STR local e pela Fetag-RJ e contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A desapropriação foi feita pelo Incra em 1987.

d) São Roque: o projeto tem uma área de 735,65 ha e conta com 33 famílias oficialmente assentadas. Localiza-se no município de Paraty, litoral sul fluminense. A área é parte de uma região maior que foi

palco de intensos conflitos por terra após a construção da rodovia Rio-Santos, na década de 70. Foram assentadas tanto as famílias que haviam sobrevivido à expulsão quanto famílias de fora da fazenda, mas provenientes da região. Dos três assentamentos que formam um *continuum* à beira da rodovia Rio-Santos (São Roque, Taquari e Barra Grande), o primeiro é o que preserva mais características agrícolas. Os outros estão progressivamente se tornando objeto de especulação imobiliária, com a divisão dos lotes e a redução das atividades agrícolas, com diversas famílias voltando-se para a exploração de atividades turísticas, em especial o aproveitamento das cachoeiras existentes na região.

A população total dos quatro assentamentos pesquisados é constituída de, aproximadamente, 2.600 pessoas. Cachoeira Grande concentrava uma população numericamente muito superior à dos demais assentamentos, visto que o número de residentes iguala-se à soma dos outros três assentamentos, sendo também o que possuía o maior número de lotes: 140. No entanto, este é também o assentamento que, dentre os demais, possui a menor área (387 ha), o que o torna o mais densamente povoado: 3,3 pessoas/ha. Vale frisar que essa densidade populacional era bastante discrepante se comparada aos demais assentamentos: cinco vezes superior à de Santo Inácio e São Roque (0,6 residentes/ha) e dez vezes superior à de Capelinha (0,3 residentes/ha).

Segundo Garcia Jr. et al. (2003): “A análise dos casos de Cachoeira Grande, Santo Inácio e São Roque parece indicar que, com o passar do tempo, os assentamentos tendem também a se tornar local de moradia para diversas famílias, sejam estas constituídas por filhos dos próprios assentados, como em Santo Inácio, sejam originárias de outros locais, como casos registrados em São Roque e Cachoeira Grande”.

Ao segmentarmos a população dos quatro assentamentos por idade, constatamos que a mesma está concentrada no intervalo de 0 a 19 anos (43,5%), seguido do estrato de 20 a 39 anos (30,7% na média geral). Dentre as diferenciações encontradas, destaca-se o caso de Santo Inácio, no qual o número de pessoas com 60 ou mais anos

de idade é significativo (17%), sendo inclusive superior ao daquelas que têm entre 10 e 19 anos de idade (15,6%).

Ao cruzarmos os dados de idade com sexo,⁴ veremos que, em três dos quatro assentamentos pesquisados, o percentual de homens com idade entre 20 e 29 anos que ali residem é superior ao de mulheres nessa mesma situação. Esses dados confirmam informações colhidas em campo que indicam a existência, nos próprios assentamentos ou em sua circunvizinhança, de maiores alternativas de trabalho para os homens, comparativamente às mulheres. São, em geral, trabalhos assalariados, sazonais e informais, não necessariamente em atividades agrícolas. Informações de campo também nos indicam que muitas mulheres nessa faixa etária conseguem inserir-se no mercado de trabalho empregando-se como domésticas nos próprios municípios ou em outros circunvizinhos aos assentamentos (Rio de Janeiro, Macaé, Friburgo, Angra dos Reis etc.). Esta é, como se sabe, uma ocupação que muitas vezes implica em mudanças de local de domicílio – diferente dos “biscates” e “bicos” realizados por homens nos assentamentos ou em seu entorno e que possuem uma certa regularidade na jornada de trabalho e, com isso, permitem a permanência destes nos assentamentos, como veremos mais adiante.

Finalizando a breve caracterização da área e de sua utilização em cada um dos projetos analisados, podemos verificar, conforme os dados da Tabela 1, a distribuição dos valores médios encontrados nos lotes pesquisados. A primeira consideração a fazer sobre a área na qual

⁴ Como afirmam Garcia Jr. *et al.* (2003), “se pudéssemos sintetizar a multiplicidade de perfis encontrados nos quatro assentamentos pesquisados em um responsável médio, em termos estatísticos, encontraríamos alguém do sexo masculino, com mais de 40 anos de idade, com um pequeno predomínio da cor branca e cujo grau de escolaridade não ultrapassaria a 2ª série do ensino fundamental. Este responsável seria casado, possuidor de 4 filhos; teria nascido em área rural no próprio estado do Rio de Janeiro e, na ocasião em que o assentamento onde hoje vive foi criado, morava em área rural no mesmo município onde encontra-se assentado, ainda que não na área específica do assentamento. O responsável seria também titular do lote que cultivava ou em que vive, tendo acesso a este através do Estado”.

vivem e produzem os assentados é aquela relacionada às diferenças observadas no tamanho médio dos lotes nos quatro assentamentos. É possível constatar que há uma enorme desigualdade entre a área média dos lotes de Cachoeira Grande, com 2,73 ha, e São Roque, com 12,49 ha, passando por Santo Inácio (com praticamente 8 ha) e Capelinha (com 10,26 ha). Se tomarmos como comparação o valor atribuído pelo Inkra aos módulos fiscais⁵ dos municípios onde se encontram os projetos acima descritos, teremos, respectivamente: 10 ha (Magé), 16 ha (Paraty), 35 ha (Trajano de Moraes) e 12 ha (Conceição de Macabu). Pode-se notar que, em nenhum dos casos aqui analisados, a área média dos assentados é igual ou superior ao módulo, sendo que em Santo Inácio a diferença é alarmante. Esse ponto, sem contar as características do solo, o acesso aos recursos hídricos, as variações climáticas etc., é crucial para pensar as possibilidades de desenvolvimento de práticas produtivas agropecuárias.

Tabela 1 – Distribuição e utilização da área dos lotes nos assentamentos

DISCRIMINAÇÃO DOS LOTES: ÁREA MÉDIA E USO	TOTAL	CACHOEIRA GRANDE	CAPELINHA	SANTO INÁCIO	SÃO ROQUE
Área Média do Lote	ha	2,73	10,26	7,99	12,49
Área Utilizável	ha	2,21	10,26	6,69	9,65
	%	100,00	100,00	100,00	100,00
Área Plantada	%	50,68	27,80	48,88	54,20
Pasto Nativo	%	14,48	41,99	20,03	0,00
Pasto Plantado	%	0,18	12,36	7,77	9,12
Área de Reserva	%	8,60	4,05	15,10	24,25
Área Reflorestada	%	0,00	2,61	0,00	0,00
Não Utilizada	%	18,55	8,78	5,68	7,36
Não Cultivável	%	7,69	2,61	2,54	5,08

Fonte: Pesquisa Arpec, 2003.

⁵ O módulo fiscal é entendido pela legislação como a área necessária para a reprodução familiar e das suas atividades econômicas, respeitadas as diferenças regionais e tecnológicas existentes.

Acerca dos dados da mesma tabela, pode-se verificar a utilização dada à área desses lotes. Os valores ali presentes consistem na somatória das áreas declaradas para as diferentes finalidades. Uma primeira consideração a ser feita, ainda que com toda a cautela, relaciona-se à diferença entre a área média geral e a área média fruto da somatória dos usos a ela atribuídos. Poder-se-ia supor que as maiores diferenças observadas em Cachoeira Grande e São Roque devem-se ao espaço ocupado pelo maior número de casas por lote encontrado nesses dois núcleos em virtude dos processos de reagregação familiar.

Em Cachoeira Grande, Santo Inácio e São Roque, praticamente metade da área é destinada à agricultura (culturas perenes e temporárias). Capelinha, por sua vez, possui 42% da extensão do lote, em média, direcionados ao pasto nativo e outros 12,36% à pastagem plantada, indicando a importância da atividade pecuária nesse projeto. Como era de se esperar, a maior proporção da área destinada à reserva é encontrada em São Roque (cerca de 25% do total), projeto às margens do Parque Nacional da Serra da Bocaina. O mesmo não acontece em Cachoeira Grande, próximo ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que possui apenas 8% da área como reserva. No entanto, Santo Inácio apresenta um índice médio bastante animador em relação a esse quesito: 15%. Em Capelinha, como já foi dito, as condições naturais originais, nas quais o projeto foi instalado, eram bastante precárias e o solo encontrava-se exaurido. O assentamento tem-se constituído na oportunidade de recriar determinado tipo de paisagem, o que é evidenciado pelo fato de ser o único dos núcleos visitados a apresentar um percentual de área reflorestada (2,61%).

Atividade produtiva nos assentamentos pesquisados

Uma visualização geral do Valor Bruto da Produção (VBP)⁶ nos assentamentos indicaria que o setor agrícola lidera com 60,91% a

⁶ O cálculo do VBP resultou da multiplicação da quantidade produzida pelos preços médios praticados na parcela da produção que foi efetivamente vendida.

composição da pauta, seguido da pecuária, com 36,17%, deixando bem atrás os setores extrativistas (1,65%) e de beneficiamento (1,27%). No entanto, essa média disfarça diferenças importantes entre os projetos: o VBP agrícola está acima de 2/3 do VBP total nos assentamentos Santo Inácio e São Roque e próximo a essa marca em Cachoeira Grande. Em Capelinha, porém, ele significa 40,66% do VBP total, visto que aí há um predomínio da pecuária (58,78% do valor global), não obstante a reduzida área destinada ao pasto, o que indica a predominância das criações de aves e suínos.

Outra possibilidade comparativa entre os núcleos, nessa dimensão econômica da análise, é o VBP médio gerado por responsável/família. O índice é substancialmente maior em Santo Inácio (R\$ 3.139,42 por família) e em Capelinha (R\$ 2.801,60), visto que nos demais projetos tal medida atinge quase a metade desses últimos. Santo Inácio, em particular, lidera com relativa folga o valor médio da produção agrícola (R\$ 2.278,41 por família ao ano), denotando uma certa “especialização” do projeto nessa atividade.

Uma rápida passagem pela pauta produtiva dos quatro projetos indicaria a presença dos seguintes produtos: aipim (mandioca), banana, feijão, cana-de-açúcar, laranja, milho e inhame (entre os produtos agrícolas); leite, ovos, frangos, porcos e carne bovina (entre os produtos oriundos da criação de animais); pesca e extração de lenha como principais atividades extrativistas; e a produção de farinha de mandioca, doces e artesanato de taboa e taquara como produtos beneficiados.

A comercialização dessa produção foi analisada com base nos sete principais produtos de peso significativo na estrutura de venda em cada um dos núcleos, atentando-se nesses casos para os canais empregados. Veremos adiante que pouco menos da metade do VBP total é composta pelo valor dos produtos vendidos, o que confere um caráter não-isolado e não-autônomo dos projetos, mostrando um processo de integração aos mercados, mediado pelos mais diversos circuitos e condicionado não só pelas estratégias dos agricultores individualmente (na medida em que a produção individual/

familiar é majoritária nos quatro projetos), mas também pelas suas organizações, infra-estrutura disponível, limitações tecnológicas de processamento, embalagem e transporte, e padrão de consumo – intermediário ou final – próprio ao tipo de produto oriundo desse segmento da agricultura brasileira.

A descrição acima não só aponta para diferentes possibilidades de colocação dos produtos no mercado – feiras, atravessadores, vendas diretas ou integração às empresas agroindustriais–, mas revela também a pouca participação das associações, com raras exceções, nessa intermediação. Seja uma intermediação exclusivamente para a venda, seja a própria transformação do produto, beneficiando-o. Outro fator a destacar é a proximidade aos centros urbanos mais populosos como Rio de Janeiro e Magé, no caso de Cachoeira Grande, e Paraty, no caso de São Roque, o que certamente influencia nesses projetos uma participação maior dos seus produtos no processo de comercialização.⁷ Está em jogo, na realidade, um processo de “construção dos mercados” que adequie as estruturas de comercialização às características desses segmentos de produtores, como bem ressaltou Maluf (2002). O êxito nessa tarefa de vender o produto, aliado a uma regularidade da oferta e estabilidade de preços, será determinante para a auferição dos rendimentos monetários do lote, influenciando estrategicamente a necessidade, ou não, de complementação de renda por meio de outras atividades e da própria produção autoconsumida, como será observado adiante.

⁷ A título de ilustração citamos o caso de uma família instalada no projeto Cachoeira Grande, cujos responsáveis desenvolvem uma atividade de criação de porcos no local e comercializam a carne numa das favelas do Rio de Janeiro. Para tanto, valem-se dos seus filhos que residem e possuem um açougue na favela, onde jun-tam a “lavagem” (resíduos destinados à alimentação dos porcos) que transportam para o lote dos pais, no assentamento. Vemos aqui um interessante esquema de viabilização ampliada da estrutura familiar, mesclando os circuitos rurais e urbanos. Certamente tal experiência, se submetida previamente às análises técnicas de projetos, não teria sido aceita por fugir aos modelos convencionais.

Tabela 2 – Distribuição do Valor Bruto da Produção nos assentamentos – 2000/2001

DISCRIMINAÇÃO	VBP TOTAL (%)	VBP CONSUMIDA (%)		VBP DOADA (%)	VBP ESTOCADA (%)	VBP VENDIDA (%)
		Humano	Animal			
Cachoeira Grande	100,0	27,48	3,62	16,87	0,32	51,70
Capelinha	100,0	32,94	21,18	4,99	0,69	40,21
Santo Inácio	100,0	13,10	4,65	4,60	36,52	41,13
São Roque	100,0	23,16	3,21	6,34	14,84	52,45
Total de Projetos	100,0	25,79	11,27	7,64	10,98	44,33

Com base nos quatro casos para nossas reflexões e tendo-se ainda o VBP como referência, a Tabela 2 contém a distribuição do valor total produzido segundo sua finalidade (autoconsumo – produtivo e humano –, doação, estoque e venda). Considerando-se a média geral dos quatro núcleos em pauta (o último bloco de linhas da tabela), verifica-se uma divisão na qual prepondera a participação da produção comercializada (44,33%). Ainda na mesma rubrica – produção vendida – tem-se que, em média, os produtos pecuários são mais propensos à venda (52,19%), seguidos dos produtos agrícolas (41,37%). Pode-se notar, adicionalmente, que os produtos extrativistas, com exceção de São Roque, não são destinados à venda ao passo que a produção beneficiada, excetuando-se Capelinha, também possui pouca aptidão ao comércio. Observa-se ainda que o estoque de produtos é especialmente relevante em Santo Inácio (36,52%) enquanto a doação representa um percentual significativo da produção obtida em Cachoeira Grande (16,87%) – destacando-se a produção agrícola. Por sua vez, a produção doada representa, em média, 7,64% do VBP total (sendo 10,28% do VBP da pecuária), estimulando, talvez, uma rede de economia solidária, permeada ou

não por laços de parentesco, em todo o caso indicativa da fertilidade desse mecanismo de recomposição do tecido social (Castel, 2001).⁸

O que ganha destaque, no entanto, é a produção destinada ao próprio consumo familiar, reforçando a idéia de “balanço”, como proposta por Chayanov, entre a dimensão da oferta e venda do produto agropecuário e as necessidades de consumo da unidade familiar (Abramovay, 1992; Chayanov, 1966). Nesse caso, parte das necessidades de consumo é atendida pela própria produção. Na média geral, cerca de 37% do VBP total são orientados ao autoconsumo, seja ele humano (25,79%) ou produtivo (11,27%), este último destinado especialmente à alimentação dos animais. Essa cifra é mais expressiva no projeto de Conceição de Macabu, onde o montante autoconsumido equivale a mais da metade do VBP global. Tomado setorialmente, o VBP do autoconsumo é mais evidente na produção extrativista (94,65%), ainda que esta última seja pouco significativa, como já foi mencionado. Seguem-se praticamente iguais a produção agrícola e a pecuária, com uma participação média entre 36 e 37% do VBP.

No caso da produção agrícola podemos afirmar que, em particular, o aipim ocupa um lugar de destaque nos projetos: é o primeiro em todos, com exceção de Santo Inácio (sendo também o mais importante para a comercialização em São Roque e aquele encontrado em quase todos os lotes de Capelinha). Interessante observar o caráter alternativo da produção de aipim, que serve tanto ao consumo doméstico (humano e animal), como ao mercado final. Além disso, é um cultivo que possibilita uma “estocagem natural”, retardando o período da colheita quando os preços não são compensatórios. Ou seja, é fundamental ao cálculo estratégico dos agricultores familiares (Garcia Jr., 1983) e ao estabelecimento de um padrão mínimo de segurança alimentar das famílias pobres no meio rural, fato que não

⁸ Essa dimensão poderia ser igualmente mensurada através de doações monetárias e em espécie (produtos não-agrícolas) feitas e recebidas pelas famílias assentadas. A pesquisa Arpec (2003) levantou essas informações que, por fugir ao nosso escopo, não serão aqui apresentadas.

é desprezível no contexto brasileiro, no qual cerca de 3 milhões de famílias vivem com menos de US\$ 1 *per capita*.

Além dos resultados obtidos para o desempenho das atividades produtivas, o *questionário sobre o orçamento doméstico* da pesquisa Arpec (2003) trouxe um rico conjunto de informações seqüenciadas sobre as receitas e os gastos verificados nos assentamentos pesquisados, dados que poderiam auxiliar-nos no debate a respeito das dimensões multi-funcionais da agricultura familiar, em especial dessa variante de agricultura familiar que são os assentamentos rurais. Serão examinados a seguir os rendimentos familiares oriundos das múltiplas inserções das famílias assentadas (responsáveis, cônjuges e demais membros – filhos, pais, irmãos etc.). O prévio exame das atividades produtivas desenvolvidas no lote dos assentados nos ajudará a compreender a performance dos rendimentos monetários obtidos com a comercialização agropecuária.

Origem e composição dos rendimentos familiares

Um primeiro aspecto contemplado refere-se ao detalhamento da composição dos rendimentos monetários, permitindo uma visita às condições de origem de tais recursos. A Tabela 3 possibilita uma leitura geral das diferentes rubricas que compõem a estrutura das receitas das famílias assentadas. Trata-se aqui de verificar os rendimentos (ou renda) monetários brutos (doravante denominados RMB) totais anuais dos projetos, ou ainda os valores médios por família (e, ainda, por mês) auferidos nos quatro assentamentos visitados.⁹

O conjunto dos projetos respondeu por uma RMB anual de R\$ 2.253.569,80. Em termos médios, tal montante foi composto

⁹ A construção da RMB levou em consideração a receita obtida com a venda dos produtos agropecuários do lote (equivalente à quantidade produzida multiplicada pelos preços vigentes na época da comercialização dos mesmos) e demais rendimentos declarados, considerados os preços correntes na época da informação.

basicamente pelos rendimentos do trabalho (32,3% da RMB total), seguidos das receitas previdenciárias (24,6%), dos recursos obtidos com a comercialização dos produtos agropecuários do lote (renda do lote), representando 21,8% do total, e de outras fontes (21,3%).

Tabela 3 – Composição da Renda Monetária Bruta nos assentamentos (em %). Total anual (out/2000 a set/2001)

Discriminação da Fonte de Renda	Total Projetos	Cachoeira Grande	Capelinha	Santo Inácio	São Roque
Agrícola	12,5	4,2	22,9	24,2	6,2
Pecuária	9,0	10,6	13,9	5,4	2,0
Extrativismo	0,1	-	-	-	0,3
Beneficiamento	0,3	0,1	0,2	-	1,0
Lote (A)	21,8	14,9	37,0	29,7	9,5
Assalariado Agrícola	1,0	-	1,5	4,0	0,3
Assalariado Não Agrícola	1,1	2,0	0,9	0,9	-
Autônomo/ Comércio	9,5	5,7	0,3	0,3	33,3
<i>Trabalho no Projeto-1</i>	<i>11,6</i>	<i>7,8</i>	<i>2,7</i>	<i>5,2</i>	<i>33,7</i>
Assalariado Agrícola	3,9	5,5	4,9	3,7	0,1
Assalariado Não Agrícola	12,2	9,5	14,0	16,1	12,1
Autônomo/ Comércio	4,5	9,3	1,4	4,0	0,4
Trabalho fora Projeto 2	20,6	24,3	20,3	23,8	12,7
Trabalho (B=1+2)	32,3	32,1	23,0	29,1	46,3
Aposentadoria Urbana	6,1	11,7	3,9	4,3	0,4
Pensão Urbana	3,1	7,8	-	0,7	0,6

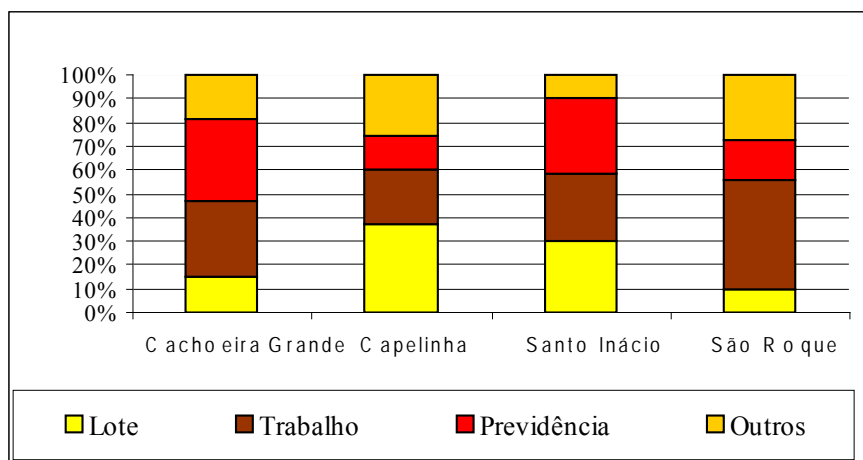
Benef.-Auxílio Urbano	3,8	8,7	0,9	-	1,3
<i>Previdência Urbana - 3</i>	<i>13,0</i>	<i>28,2</i>	<i>4,8</i>	<i>5,0</i>	<i>2,4</i>
Aposentadoria Rural	6,8	2,3	1,9	26,1	8,9
Pensão Rural	4,1	2,3	7,6	-	5,3
Benef.-Auxílio Rural	0,7	1,9	-	-	-
<i>Previdência Rural - 4</i>	<i>11,6</i>	<i>6,6</i>	<i>9,5</i>	<i>26,1</i>	<i>14,2</i>
Previdência (C=3+4)	24,6	34,7	14,2	31,1	16,6
Contribuição da Família	4,7	8,8	3,0	2,4	1,3
Créditos e Empréstimos	5,9	0,8	14,5	4,5	4,8
Ajudas e Doações	2,7	5,8	0,6	0,1	1,7
Salário Indireto Monet.	1,2	0,4	2,3	0,2	1,8
Aluguel e Outras Fontes	6,7	2,5	5,4	2,8	17,9
Outras Fontes (D)	21,3	18,2	25,8	10,2	27,5
TOTAL (A+B+C+D)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL Bruta (em R\$)	2.253.569,80	840.802,28	626.266,99	297.425,89	489.074,64
Bruta Média Familiar	6.025,59	6.005,73	4.854,78	5.719,73	9.227,82
Bruta Média Fam Mensal	502,13	500,48	404,57	476,64	768,99
Total Líquida (em R\$)*	1.971.790,78	778.058,91	554.173,77	257.759,79	381.798,30
Líquida Média Familiar	5.272,17	5.557,56	4.295,92	4.956,92	7.203,74
Líquida Média Fam. Mensal	439,35	463,13	357,99	413,08	600,31

Fonte: Pesquisa de campo, Arpec (2003). (*) A Renda Líquida é o resultado da Renda Bruta, descontados os custos de produção nas atividades produtivas do estabelecimento.

Essa composição mostra-se diferenciada nos núcleos abordados na pesquisa: a renda do lote é mais significativa em Capelinha (37%) e pouco expressiva em São Roque (9,5%). Por outro lado, neste último projeto os rendimentos do trabalho ganham um peso considerável (46,3% da RMB). Em compensação, os benefícios previdenciários passam a prevalecer em Cachoeira Grande (34,7% da RMB) e em Santo Inácio (31,1%), onde pesam as aposentadorias urbanas e a participação expressiva da população idosa, respectivamente. Uma visualização rápida dessa distribuição é encontrada no Gráfico 1.

Ainda em termos de RMB, verifica-se que cada família pesquisada gera, em média, R\$ 6.025,59 anuais (ou R\$ 502,13 mensais). Mas essa performance é distinta em cada assentamento: R\$ 4.854,78 em Capelinha, R\$ 5.719,13 em Santo Inácio, R\$ 6.005,73 em Cachoeira Grande e R\$ 9.227,82 em São Roque.

Gráfico 1 – Composição da Renda Monetária Bruta 2000/01 (em%)



Fonte: Pesquisa Arpec, 2003.

Rendimentos agropecuários

Voltando à Tabela 3, nota-se que o primeiro bloco de rendimentos deriva das considerações tecidas no tópico anterior. A renda bruta do lote, dessa forma, é composta pelos valores alcançados com a comercialização dos produtos agrícolas (57,34%, em média, do total do rendimento do lote); pecuários (41,28% do total da renda do lote); extrativistas (0,46%) e do beneficiamento (1,38%). Quando se olha particularmente cada um dos assentamentos, vê-se que em Cachoeira Grande tal rendimento advém da comercialização de produtos pecuários. Nos demais predominam os rendimentos oriundos da venda dos produtos agrícolas. Os produtos beneficiados e extrativistas ganham destaque apenas em São Roque.

Esse bloco alusivo à renda do lote é justamente aquele que permite diferenciar a RMB da renda monetária líquida (RML), pois a renda do lote deduzida dos custos de produção redundava nos valores líquidos. A estrutura dos custos de produção é composta das despesas com aluguel (de terra, de máquinas e implementos), com material de construção, insumos para os tratos agrícolas e a criação de animais (fertilizantes, herbicidas, inseticidas, ração, medicamentos etc.), manutenção de veículos, máquinas e implementos, além do gasto com mão-de-obra e outros custos. Na realidade, tomaram-se os valores monetários efetivamente praticados no custeio ao longo do período tratado nesse estudo.¹⁰ Fica evidente que nem sempre uma RMB maior significa ganhos líquidos também maiores, especialmente no segmento agropecuário. São Roque é o exemplo de uma alta RMB, mas também de um elevadíssimo custo de produção (tomando-se os valores médios por família, o que facilita a comparação). Nesse caso teremos uma RML do lote negativa, visto que os custos ultrapassam em mais de duas vezes as receitas obtidas com a venda dos produtos agropecuários. Em Cachoeira

¹⁰ Não foram imputados valores relativos à depreciação de máquinas, equipamentos e edificações, nem tampouco um custo de oportunidade à mão-de-obra familiar não remunerada.

Grande, os custos representam metade da RMB do lote, em Santo Inácio chegam a 45% e em Capelinha, a 31%.

A estrutura desses custos revela uma participação maior dos gastos com cultivos e animais, mas também aluguel de máquinas em Capelinha, mão-de-obra e serviços nesse mesmo núcleo e em Santo Inácio. Aliás, essa última rubrica indica a capacidade dos assentados em gerarem empregos agrícolas e não-agrícolas, movimentando o mercado de trabalho local. O peso excessivo dos outros tipos de custo em São Roque deve-se a um assentado que possui uma oficina mecânica como principal atividade produtiva, na qual a pauta do gasto foge completamente à estrutura de custos anterior, tanto em termos de valor como em relação ao tipo de bens.

Ainda no bloco dos rendimentos do lote, podemos estimar, com base nos dados anteriores, a contribuição do autoconsumo na geração de rendimentos para esses agricultores familiares, tomando para nosso cálculo a média de preços pagos imputada ao montante autoconsumido pelas famílias (Garcia Jr., 1994). Se quisermos incrementar nossa análise, poderíamos juntar à estimativa do rendimento do autoconsumo o valor dos “salários indiretos” das famílias (passes de ônibus, tíquete-refeição etc.), valores que também não constituem renda monetária propriamente dita, mas conferem acesso e poder aquisitivo indireto a seus detentores.

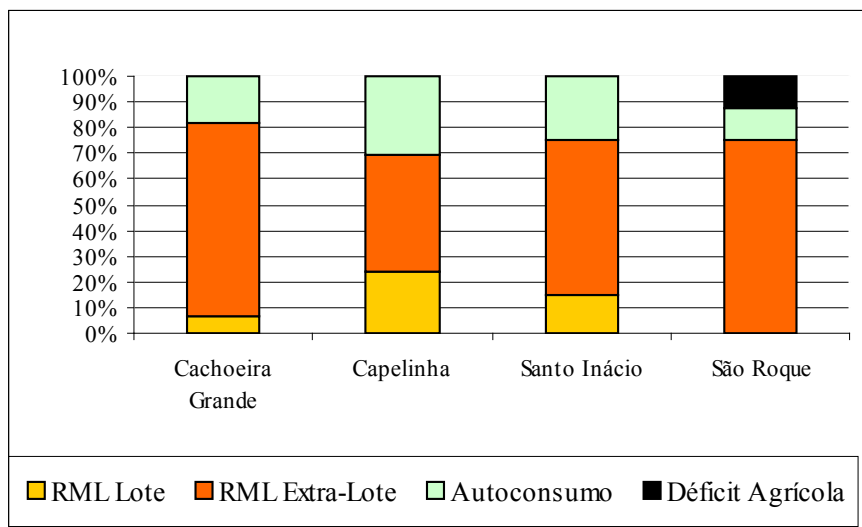
Tendo a mesma pesquisa como referência, poderemos visualizar na Tabela 4 os valores absolutos e relativos do segmento de rendimentos não-monetários, em que percebemos que metade do autoconsumo é gerada por meio da produção de bens agrícolas (50,7%), seguida da produção pecuária (40,9%). O autoconsumo confere um rendimento estimado de, praticamente, R\$ 90,00 mensais por família (que na época do levantamento de campo significava $\frac{1}{2}$ salário-mínimo). Tal rendimento, adicionado aos R\$ 23,00 dos salários indiretos, compõe importante complementação dos rendimentos monetários, repercutindo fortemente na composição dos ganhos totais das famílias, como mostra o Gráfico 2.

Tabela 4 – Autoconsumo e salário indireto na agricultura familiar assentada. *Em valores (R\$) correntes – total anual (outubro de 2000 a setembro de 2001)*

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL		C. GRANDE		CAPELINHA		S. INÁCIO		S. ROQUE	
		%		%		%		%		%
Agrícola	204.662,65	50,7	54.333,52	50,0	97.741,52	54,1	29.878,37	38,9	22.709,24	60,8
Pecuária	165.016,94	40,9	54.145,65	49,8	75.820,53	42,0	21.982,23	28,6	13.068,53	35,0
Extratativismo	30.278,56	7,5	24,58	0,02	6.588,79	3,7	23.665,20	30,8	0,00	-
Beneficiamento	3.481,64	0,9	269,44	0,2	360,00	0,2	1.291,70	1,7	1.560,50	4,2
Autoconsumo (A)	403.439,79	100	108.773,19	100	180.510,84	100	76.817,50	100	37.338,27	100
Média Familiar	1.078,72		776,95		1.399,31		1.477,26		704,50	
Média Familiar Mensal	89,89		64,75		116,61		123,10		58,71	
Salário Indireto (B)	103.490,60		58.638,11		22.454,99		4.323,96		18.073,54	
Média Familiar	276,71		418,84		174,07		83,15		341,01	
Média Familiar Mensal	23,06		34,90		14,51		6,93		28,42	

Fonte: Pesquisa Arpec, 2003.

Gráfico 2: Composição do Rendimento Total – 2000/2001 (em %)



Inserção no mercado de trabalho e ganhos de aposentadoria

Ainda sobre a Tabela 3, temos o segundo bloco de rendimentos monetários, composto pelos ganhos do trabalho. Primeiramente observamos que, em média, o trabalho remunerado desenvolvido no *próprio assentamento* responde por 1/3 do total dessa rubrica, valor influenciado pelo caso já comentado do proprietário de uma oficina em São Roque, que pesa substancialmente nos recursos auferidos na rubrica de “comércio/autônomo dentro do projeto”. Nos demais assentamentos, tal item é pouco significativo. Nesses outros projetos pesa, sobretudo em Cachoeira Grande e Santo Inácio, o trabalho desenvolvido *fora do assentamento*, geralmente por membros da família ou, às vezes, pelo próprio responsável. Destaca-se especialmente o assalariamento não-agrícola (empregadas domésticas em Cachoeira Grande, funcionários da rede hoteleira em Paraty etc.). No entanto, em Cachoeira pesa igualmente a atividade de comércio ou de trabalho autônomo na prestação de serviço (rubrica também importante, nesse mesmo projeto, para as atividades

remuneradas dentro do assentamento). Além da proximidade a um grande centro como o Rio de Janeiro, em Cachoeira Grande há um sem-número de biroskas, oficinas de consertos e reparos, bancas de venda etc. que se beneficiam do forte movimento verificado no distrito de Piabetá e também da freqüência turística (especialmente nos finais de semana) à região onde está situado o projeto.

Vê-se, dessa maneira, que, sobretudo nos casos de São Roque e do projeto de Magé, os rendimentos do trabalho são essenciais na capacidade de reprodução familiar. Rendimentos, como visto, que implicam pluriatividade dessas famílias, devido ao peso do assalariamento não-agrícola e à importância do pequeno comércio (Carneiro, 2002; Laurent e Mouriaux, 2001). De certa maneira, essa conjugação passa a compor as estratégias socioeconômicas de forma dominante, ainda que escape ao modelo mais tradicional, baseado num certo produtivismo agrícola.

O detalhamento da inserção das famílias no mercado de trabalho externo às atividades do lote (tanto nas ocupações existentes no próprio assentamento, quanto nos empregos formais ou informais fora do projeto) permitiu desagrupar tais atividades em ocupações (temporárias, sazonais e/ou permanentes) agrícolas, não-agrícolas e aquelas ligadas ao assalariamento ou ainda ao comércio/trabalho autônomo. Por meio da pesquisa de campo constatamos que boa parte das famílias (lotes) pesquisadas possui, ao menos, um membro (seja o próprio responsável, o cônjuge, ou ainda outro membro do núcleo doméstico) envolvido nessas atividades externas, que parecem ser cruciais ao balanço estratégico da reprodução familiar, garantidas as possibilidades de ocupação no ambiente microlocal (assentamento), local (município) ou regional. Implicam ainda inserções vinculadas à exploração de potencialidades proporcionadas pelos atributos naturais do assentamento, como pode-se observar em São Roque e Cachoeira Grande, onde a visita de pessoas externas ao projeto para tomar banho de cachoeira estimula o aparecimento de pequenos comércios e bares. Isso é válido especialmente para o segundo caso,

em que sete das 18 famílias visitadas possuíam alguma atividade comercial ou autônoma no interior do projeto.

Esse tipo de inserção ainda está longe daquilo que a literatura sobre o caso europeu batizou de “jardineiros da natureza” (Sumpsi, 2002), mas pode indicar pistas importantes a respeito do desenvolvimento de novas estratégias que passem pela manutenção de práticas produtivas e/ou de serviços, pressupondo um desenho mais afinado com a sustentabilidade ambiental dessas áreas. Aproximando-se, dessa forma, ao debate sobre a multifuncionalidade da atividade agrícola e seu reconhecimento pelo Estado. A título de ilustração, o projeto Capelinha apresentava uma paisagem estéril resultante do esgotamento dos solos provocado pela monocultura da cana. A entrada das famílias assentadas na área proporcionou uma recomposição da vegetação, com árvores frutíferas, culturas diversificadas e o ressurgimento da fauna de pequeno porte.

Verificamos igualmente que, dos 58 informantes da amostra, em 45 deles a inserção principal em atividades de trabalho externo era preponderantemente exercida pelo responsável, ainda que elas fossem na maioria das vezes descontínuas. Na realidade, as atividades que consumiram uma frequência mensal maior ao longo do ano-safra estudado foram aquelas inseridas na rubrica “assalariamento não-agrícola fora”, especialmente no setor de serviços localizados nos aglomerados urbanos próximos aos projetos. Vê-se que, não obstante serem diferentes, as estratégias pluriativas desenvolvem-se tendo como referência o núcleo rural do estabelecimento, liberando o responsável da família, enquanto os demais membros mantêm-se engajados nas atividades agropecuárias.

Os benefícios da previdência social constituem-se em outro grande bloco de rendimentos monetários. Como já foi dito, eles são especialmente válidos para os assentamentos de Cachoeira Grande e Santo Inácio, revelando o peso que tais recursos passaram a adquirir após a Lei de Custeio da Previdência, do início dos anos 90 (cf. Delgado e Cardoso Jr., 2000). Apreende-se dos dados da

pesquisa que em Cachoeira Grande os benefícios urbanos, devido à constituição e origem das famílias envolvidas nesse assentamento (em boa medida aposentadas pelo seu trabalho na Companhia América Fabril), predominam, especialmente as aposentadorias que, em geral, possuem valores unitários mais elevados que as do meio rural, invariavelmente ao redor de um salário mínimo. Nos demais casos pontuam os benefícios rurais, mas há registros de benefícios urbanos em todos os projetos. Enquanto em Santo Inácio e São Roque preponderam as aposentadorias rurais, sobretudo em Capelinha as pensões por morte são mais significativas, ao passo que as percebidas pelos responsáveis dos lotes.

Finalmente, tem-se os demais componentes dos rendimentos monetários: contribuições recebidas de familiares (relevantes em Cachoeira Grande); ajudas e doações (também importantes no mesmo projeto);¹¹ salário indireto auferido em moeda (venda de vales-transporte e alimentação, por exemplo), além de aluguel e de outras fontes (geralmente venda de algum bem – o que explica o percentual mais elevado de São Roque, dinheiro extra recebido no mês etc.). Resolveu-se incluir aqui os valores atinentes ao crédito, basicamente por dois motivos: a) boa parte desses recursos é constituída por empréstimos pessoais (por meio de cheque especial, cartão de crédito ou mesmo recursos tomados diretamente na agência bancária), nem sempre destinados ao custeio ou investimento na atividade produtiva e b) a parte relativa especificamente à atividade produtiva nem sempre é gasta, num determinado mês, nas rubricas diretamente relacionadas a ela. Em geral observa-se que os assentados alternam esses gastos de acordo com a premência das necessidades básicas de consumo, tornando impossível uma separação nítida entre o custeio/investimento realizado e a fonte dos recursos empregados (muitas vezes estes últimos são cobertos com

¹¹ As ajudas e doações, somadas às contribuições familiares, completam o circuito apontado das redes solidárias de apoio, que operam com algum significado em grupos populacionais mais pobres (Castel, 2001; Delgado e Cardoso Jr., 2000).

recursos próprios, que repõem o dinheiro do crédito utilizado em despesas correntes).¹²

Os dispêndios familiares e o balanço do orçamento doméstico

Para que seja possível um balanço orçamentário final, passa-se a seguir à mensuração dos dispêndios familiares.

A Tabela 5 contém os dados sobre o gasto total efetuado pelos agricultores familiares assentados, considerando-se aqui a extrapolação da nossa amostra para o universo da população pesquisada. Chegou-se a R\$ 780.434,91 em Cachoeira Grande, a R\$ 521.988,97 em Capelinha, a R\$ 290.615,36 em Santo Inácio e a R\$ 410.433,88 em São Roque, para o período de um ano.

Como pode ser observado, dividiu-se o total de despesas em nove rubricas: consumo familiar, manutenção do domicílio (como reparos, por exemplo), gastos imprevistos e extraordinários, aquisições de bens de consumo duráveis ou investimentos em equipamentos e outros bens, custeio das atividades produtivas, pagamento de serviços de terceiros pessoa física, ajudas e doações realizadas em moeda, pagamento do dízimo e amortização de dívidas. Sem exceção, a rubrica referente ao consumo familiar corrente prepondera em todos os casos, sendo que, na média dos quatro projetos, ela representa 57% dos gastos. No entanto, no projeto de Paraty, ela não alcança metade do valor das despesas. O custeio das atividades produtivas, como já demonstrado anteriormente, representa outra boa parcela dos gastos, especialmente no mesmo assentamento. Interessante apontar ainda que o pagamento das dívidas absorve uma quantia não desprezível dos recursos (cerca de 7% na média), como também os gastos com investimento são relativamente significativos (Gráfico 3).

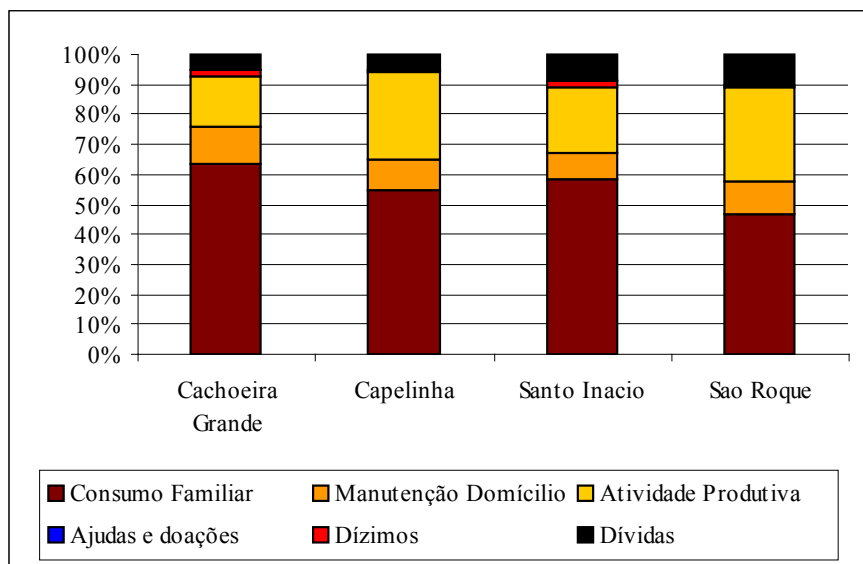
¹² Parte dos recursos que os assentados declaram ter recebido como crédito constitui-se, na verdade, nos chamados créditos de instalação (alimentação, fomento e habitação) que invariavelmente estão mesclados nos dispêndios correntes mensais.

Tabela 5 – Estrutura geral do gasto familiar, segundo tipo de despesa em% – total anual (outubro de 2000 a setembro de 2001)

Discriminação do Gasto Familiar	Total dos Projetos	C. Grande	Capelinha	S. Inácio	S. Roque
Consumo Domiciliar	57,1	63,7	54,6	58,3	47,0
Manutenção da Casa	7,1	8,3	6,1	8,0	5,5
Gastos Extraordinários	3,9	4,2	4,2	0,7	5,0
Aquisição/ Investimento	8,7	8,5	11,3	8,6	6,0
Atividades Produtivas	12,4	5,9	16,3	8,4	22,8
Mão-de-obra/ Serviços	2,6	2,2	1,7	5,3	2,5
Ajudas e Doações	0,2	0,1	0,3	0,3	0,4
Dízimo	1,2	1,8	0,4	1,9	0,6
Pagamento de Dívidas	6,7	5,4	5,0	8,7	10,2
Total (em %)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em R\$)	2.003.473,12	780.434,91	521.988,97	290.615,36	410.433,88
Média Familiar	5.356,88	5.574,54	4.046,43	5.588,76	7.744,04
Média Familiar Mensal	446,41	464,54	337,20	465,73	645,34

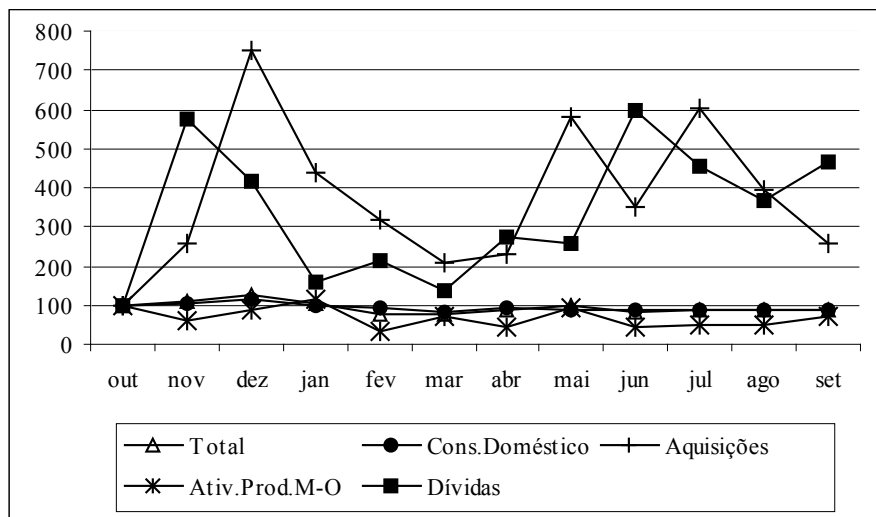
Fonte: Pesquisa Arpec, 2003.

Gráfico 3: Composição dos gastos familiares (em%) – 2000/2001



Se confrontarmos os dados das tabelas alusivas aos rendimentos monetários com aqueles dispostos na tabela sobre as despesas, veremos que as famílias geram recursos necessários, ainda que endividando-se, para arcar com as despesas correntes e parte das despesas de investimento. Essa capacidade de geração de poupança ou crescimento ampliado fica mais sólida quando consideramos a participação dos rendimentos não-monetários.

Gráfico 4 – Variação Mensal do Gasto ao longo do ano 2000/01, segundo rubricas selecionadas - em números índices (outubro = 100)



Fonte: Pesquisa Arpec, 2003.

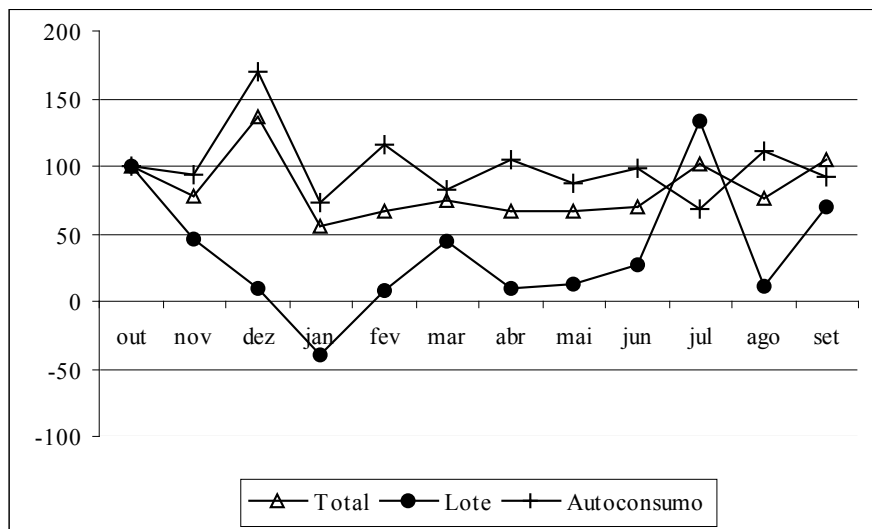
Voltemos, agora, à questão relativa à importância do autoconsumo no cálculo estratégico das famílias e no balanço orçamentário aqui realizado. Como destacou Garcia Jr. (1983, 1994), a inclusão dessa noção é vital para a compreensão das formas e situações em que se dá a reprodução da agricultura familiar.

Fica evidente, no entanto, o papel fundamental que o autoconsumo assume no balanço orçamentário, como pode ser observado Gráfico 5. A figura distribui ao longo do período anual as rendas monetárias líquidas totais e do lote e o valor estimado do autoconsumo, em números-índice. Podemos dizer que, se os rendimentos monetários chegam em média a viabilizar os gastos, sua auferição não é linear ao longo do ano-safra, especialmente o rendimento monetário do lote. Pode-se notar, confrontando a renda do lote e o autoconsumo familiar (produtivo e humano), que este último apresenta um efeito *anticíclico* importante, compensando as fases de baixa dos

rendimentos monetários do lote, amenizando o desequilíbrio referido anteriormente.

Isso é importante, pois os agricultores assentados deparam-se com um padrão de despesa relativamente constante ao longo do mesmo ciclo (exceto dívidas e investimentos), como já visto no Gráfico 4. Assim, podemos concluir que, diante de uma estrutura de gasto dada, as estratégias de geração de rendimentos (monetários ou não, no lote ou fora dele etc.) combinarão equações as mais variadas, garantindo a permanência dos membros da família na área. O autoconsumo cumpre aqui um papel decisivo nesse esquema de reprodução.

Gráfico 5 – Variação mensal da renda monetária líquida total e do lote e do rendimento de autoconsumo - 2000/01 em números-índice (outubro = 100)



Fonte: Pesquisa Arpec, 2003.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, verificamos que o balanço orçamentário das famílias apresenta saldo positivo permitindo-lhes um esquema de reprodução ampliada da unidade familiar e o custeio das atividades correntes da produção agropecuária. Lembrando que estamos trabalhando com o valor médio desses indicadores, verificou-se, adicionalmente, que as estratégias de reprodução mesclam atividades agrícolas no estabelecimento familiar com outras inserções no mercado de trabalho e recebimentos de benefícios previdenciários. Nesse equacionamento, o autoconsumo familiar (produtivo e humano) cumpre um papel especial, mormente como elemento anticíclico nas fases de baixa dos rendimentos monetários oriundos da comercialização dos produtos do lote. Também ficou evidente o peso dos rendimentos das atividades extralote e dos benefícios previdenciários no âmbito das estratégias de reprodução da unidade familiar, indicando a prática de atividades pluriativas e apontando possibilidades de uma agricultura familiar multifuncional.

De forma geral, relembro um antigo e instigante trabalho de Hirschman (1987), as considerações aqui apresentadas permitem inferir que as estratégias de desenvolvimento, sobretudo rural, têm na base familiar da agricultura um importante ingrediente. Isso não implica, necessariamente, a observação de uma seqüência convencional para que tal processo se expanda. Isto é, não se precisa obedecer a um modelo único de reprodução familiar, especialmente no que tange às atividades produtivas, no meio rural. O que nos parece importante, todavia, é o reconhecimento dessas estratégias pelo poder público, especialmente daquelas práticas que revertem na consolidação do estabelecimento familiar e na expansão das capacidades (Sen, 2000) que potencializam os atributos multifuncionais dessas unidades domésticas.

Referências bibliográficas

- Abramovay, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- Abramovay, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia. In: _____. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- Alentejano, P.R.R. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- Bazin, G.; Kroll, J.C. La multifonctionnalité dans la Politique Agricole Commune: projet ou alibi? Colóquio "La multifonctionnalité de l'activité agricole". Paris: SFER/INA-PG, 2002.
- Blanchemarche, S.; Laurent, C.; Mouriaux, M-F; Peskine, E. Multifonctionnalité de l'agriculture et status d'activité. *Economie Rurale*, Paris, n. 260, p. 41-51, novembre-décembre, 2000.
- Carneiro, M.J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: Moreira, R.; Costa, L.F. (orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- Castel, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Gallimard, 2001.
- Chayanov, A.V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: _____. *The theory of peasant economy*. Illinois: The American Economic Association, 1966.
- Comunidades européias. Regulamento (CE) no. 1257/1999 del Consejo. *Diario Oficial de las Comunidades Europeas*. Madrid. 26.06.1999.
- Delgado, G.; Cardoso Jr., J.C. (orgs.) *A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: Ipea, 2000.
- Del Grossi, M.E.; Graziano da Silva, J. O uso das PNADS para as áreas rurais. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, 874).
- Garcia Jr., A. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos*

- produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Garcia Jr., A. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989). In: Romeiro, A.; Guanziroli, C.; Leite, S. (orgs.). Reforma agrária: produção, emprego e renda. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Garcia Jr., A.; Medeiros, L.; Grynszpan, M., Leite, S. (coords). Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômicas, sociais, históricas e ambientais. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ/ CPDOC-FGV/ CRBC-EHESS/ UFF/ Faperj/ Fundação Ford, 2003. (Relatório de Pesquisa em CD-ROM).
- Hirschman, A. O. O progresso em coletividade: experiências de base na América Latina. Rosslyn: Fundação Interamericana, 1987.
- Laurent, C.; Mouriaux, M-F. La multifonctionnalité agricole dans le champ de la pluriactivité. La Lettre – Centre d’Etudes de l’Emploi. Noisy-le-Grand, n. 59, p. 1-10, octobre, 1999.
- Laurent, C.; Mouriaux, M-F. Au-delà de l’harmonisation statistique, la pluriactivité et la diversité des status professionnels: questions à partir du cas français. XIX Congresso da Sociedade Europeia de Sociologia Rural. Dijon, 2001.
- Laurent, C.; Rémy, J. Agricultural holdings: hindsight and foresight. Etudes et Recherches Système Agraires et Développement. n.31, p. 415-430, 1998.
- Maluf, R. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: Moreira, R.; Costa, L.F. (orgs.). Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002 a.
- Maluf, R. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: Lima, D.M.A., Wilkinson, J. (orgs.). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002 b.
- Medeiros, L., Leite, S. (orgs.) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- Sabourin, E.; Djama, M. Approche de la multifonctionnalité de

l'agriculture à travers deux exemples non européens: Nordeste Brésilien et Nouvelle Calédonie. Colóquio "La multifonctionnalité de l'activité agricole". Paris: SFER/INA-PG, 2002.

Sen, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Sumpsi, J.M. La política agraria y rural de la Unión Europea. In: Correa, E.P.; Sumpsi, J.M. (coords.). Políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural en America Latina y Europa. Madrid: Aeci/Fodepal/Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2002.

Wanderley, M. N. B. "Morar e trabalhar": o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: Martins, J.S. (org.). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

Resumo: (*Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais*). O artigo apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida em quatro projetos de assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro, envolvendo uma amostra estatística de 58 famílias que foram acompanhadas mensalmente ao longo de um ano-safra completo (2000-2001) mediante a aplicação de um questionário sobre o manejo dos rendimentos e gastos domésticos, além das atividades produtivas e de trabalho desempenhadas pelos membros das referidas famílias. Pôde-se avaliar, entre outros aspectos, o papel fundamental do autoconsumo na estratégia de reprodução desses agricultores, bem como a variação cíclica, a composição das receitas monetárias e não-monetárias e a capacidade de pagamento das despesas correntes, empréstimos e investimentos realizados no lote.

Palavras-chave: assentamento rural, agricultura familiar, orçamento doméstico.

Abstract: (*Family budgets and socioeconomic strategies in land reform settlements*). This article presents the results of a ample research in four land reform settlements in the state of Rio de Janeiro, involving a statistical sample of 60 families. A monthly interview was made with these families along a whole agricultural year (2000-2001), with a questionnaire concerning the management of household income and expenses, as well as the farm's production and the work activities of the family members. The results show the fundamental role of self-consumption in the reproduction strategies of these small farmers, the composition and the cyclic variation of monetary and non-monetary income, as well as the ability to pay current expenses, debts, and investments on the land parcel.

Key words: Land reform settlements, family farming, household budget.